



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, 11/09/2025.

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, reuniram-se os membros do CMS – Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, no auditório da UFMA – Sala 08, para tratarem assuntos de interesse da saúde local. Verificada existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. Presidente do CMS, Albane Freitas de Sousa, declarou aberta a reunião, saudando todos os presentes. Em seguida foi feita a leitura da pauta, constando os seguintes itens, conforme consenso de todos: 1º PONTO: Leitura de Ata CMS; 2º PONTO: PARECER CMS - Reajustes no Plano Municipal de Saúde / 2025; 3º PONTO: PARECER CMS - Propostas referentes a Emendas Parlamentares / Programa relativos as Portarias 6916/2025 destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde; 4º PONTO: PARECER CMS – Emenda Parlamentar Estadual no valor de R\$ 1.000.000,00 da Deputada Helena Dualibe; 5º PONTO: PARECER CMS – Adesão ao Programa de Volta para Casa; 6º PONTO: NOTA TÉCNICA Nº 14/2025- CGSAT/DVSAT/SVSA/MS; 7º PONTO: Relatório de Auditoria - MS nº 19127 - DENASUS (Deliberação da Mesa Diretora do CMS, Encaminhamento de ofício e roteiro de visita técnica); 8º PONTO: Relatório da XX Conferência Municipal de Saúde 2025; 9º PONTO: Informes da Saúde local. 1º PONTO: **Leitura de Ata da reunião anterior** realizada pelo Conselheiro João Carvalho Parrião. Submetida à apreciação, foi aprovada por unanimidades dos Conselheiros presentes. 2º Ponto: **Reajustes no PAS 2025** – Foi realizada a leitura do Parecer Técnico CMS nº 02/2025, pela Conselheira Naari Margli Andrade, favorável à proposta de reajuste do Plano Municipal de Saúde 2022–2025 e da Programação Anual de Saúde (PAS) 2025, conforme apresentado pela SEMUS por meio do Ofício nº 45/2025 – Setor de Planejamento. A Comissão de Fiscalização e a Mesa Diretora do CMS manifestaram-se favoravelmente à aprovação e inclusão imediata das diretrizes e objetivos apresentados, por estarem alinhados às ações executadas ou em fase de implantação. Após esclarecimentos e discussão, o Sr. Presidente do CMS colocou o parecer em votação, sendo aprovado por unanimidade. 3º PONTO: **Propostas referentes a Emendas Parlamentares / Programa relativos às Portarias 6.916/2025 destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde.** A Conselheira Naari Margli Andrade leu o Relatório Técnico-Jurídico CMS nº 01/2025, em resposta ao Ofício nº 46/2025 – Setor de Planejamento da SEMUS. O relatório apresentou análise de cinco propostas de incremento financeiro à saúde, voltadas ao fortalecimento estrutural e funcional da Rede Pública Municipal, abrangendo Atenção Primária, Média e Alta Complexidade. O parecer é favorável à aprovação integral das propostas, destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde. Em relação a prestação de contas, o próprio Ministério da Saúde já colocou no Sistema Inver-SUS que esses planos de trabalho sejam executados de acordo com o que está no sistema com diretrizes, metas e ações do plano, e que a natureza de despesas, serão realizadas prestação de contas individual. Em seguida, o Sr. Presidente do CMS coloca em votação as propostas referentes Emendas Parlamentares destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal, o que foram aprovadas por unanimidade, com observação de que a prestação de contas será individualizada conforme diretrizes do Sistema Inver-SUS. 4º PONTO: **Emenda Parlamentar Estadual no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) da Deputada Helena Dualibe.** O Conselheiro João Carvalho Parrião leu o Parecer CMS nº 09/2025, referente ao Memorando nº 36/2025 da SEMUS, aprovando o plano de aplicação dos recursos oriundos de emenda Parlamentar Estadual da Deputada Helena Duailibe, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão), destinados à aquisição de medicamentos e insumos hospitalares para o HMI – Hospital Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

de Imperatriz - CNES 2446672. Vários conselheiros se manifestaram, dentre eles o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva propondo que seja feito um processo único para compra específica o que facilitará a prestação de contas. O Sr. Presidente do CMS, coloca em apreciação a proposta do pleito junto a Secretaria de Estado da Saúde, referente à liberação pontual de recursos Fundo a Fundo para custeio, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão), a serem aplicados à ação de Assistência à Saúde no Hospital Municipal de Imperatriz – Maranhão, com finalidade específica de ampliar e estruturar a rede de atenção especializada, sob acompanhamento do CMS, o que foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. **5º PONTO: Adesão ao Programa de Volta para casa.** Foi lido o Parecer Técnico CMS nº 08/2025 pelo Conselheiro João Carvalho Parrião, opinando favoravelmente à adesão do município ao Programa Federal “De Volta para Casa”, destinado à reinserção social de pessoas egressas de internações psiquiátricas de longa permanência. Após esclarecimentos por parte da Subsecretária Adjunta - Antônia Iracilda e Silva Viana e da Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol, a proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. **6º PONTO: Nota Técnica nº 14/2025 – CGSAT/DUSA/SVSAMS.** O Presidente do CMS comunicou o recebimento da Nota Técnica nº 14/2025, que orienta a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (RENAST), e demais componentes da Rede de Atenção à Saúde (RAS) sobre como notificar Doenças e Agravos, Relacionadas ao Trabalho (DART), em trabalhadores(as) de plataforma digitais (motoristas e entregadores) no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinam), que visa orientar a RENASTT e demais componentes contribuindo para a criação de ambientes e processos de trabalho seguros e saudáveis. Foi feita leitura do Ofício CMS nº 125/2025 encaminhado ao Secretário de Saúde – Sr. Flamarion Amaral, bem como recomendada a articulação com o CEREST e Ministério do Trabalho para formalização de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), garantindo a obrigatoriedade das notificações, inclusive nos hospitais privados. O Assessor Jurídico do CMS, Glebson de Sousa Lessa, acrescentou que o Ministério da Saúde solicita que o Conselho fiscalize, onde foi elaborado pela Mesa Diretora do CMS um questionário com perguntas a serem feitas no momento da fiscalização de modo que respondam aos questionamentos do Ministério da Saúde – MS, bem como encaminhamento de ofício para a Secretaria Municipal de Saúde. Após a resposta da SEMUS e conclusão da fiscalização do CMS, vamos responder ao Ministério da Saúde – MS. Colocado em votação, o parecer da Mesa Diretora foi aprovado por unanimidade, autorizando o início das fiscalizações. **7º Ponto: Relatório de Auditoria – MS nº 19127 – DENASUS – (Deliberação da Mesa Diretora do CMS encaminhamento de ofício e roteiro de visita técnica).** O Assessor Jurídico do CMS – Glebson de Sousa Lessa, iniciou a explanação sobre o Relatório de Auditoria do MS nº 19127 – DENASUS encaminhado a este colegiado, informando que o Ministério da Saúde realizou uma fiscalização e encaminhou o resultado para o Conselho de Saúde, solicitando que seja feito um apanhado do que está sendo cumprido com relação as recomendações feitas. O Ministério da Saúde suspeitou que não estava sendo registrado todos os procedimentos de agravos. Solicita que o CMS faça uma fiscalização em vários locais da saúde, a partir da orientação direcionada para os Conselheiros de Saúde conduzirem essa fiscalização, bem como, os pontos a observar e perguntas que devem ser feitas. A Mesa Diretora do CMS elaborou um questionário a ser seguido no momento da fiscalização e, após concluir o relatório, vamos encaminhar o resultado final ao Ministério da Saúde. O Sr. Presidente do CMS – Albane Freitas de Sousa, colocou em votação o roteiro de visita técnica definido pela Mesa Diretora do CMS, o que foi aprovado por unanimidade. **8º Ponto: Relatório XX Conferência Municipal de Saúde.** O Conselheiro João Carvalho Parrião fez a leitura do Relatório da XX Conferência Municipal de Saúde, que após apreciação será encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde – Flamarion Amaral, solicitando que as recomendações sejam



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

cumpridas. A Conselheira Antônia Iracilda e Silva Viana, fez uma breve explanação de sua luta pelo SUS, concorda que ocorreram falhas, porém, no seu entendimento a Conferência foi pobre na participação dos Usuários do SUS, o que acabou se restringindo aos trabalhadores da saúde como um todo. Precisamos enfrentar esse desafio, é sabedora que o CMS foi a campo, fez pré-conferências, mas faltou a parcela mais importante em uma Conferência que é a participação do Usuário. O Conselheiro João Carvalho Parrião comentou que essa falta do Usuário é um problema a nível nacional, recentemente participou da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em Brasília – DF, e lá foi sentido a falta do usuário e do trabalhador, e muito do que foi programado acabou sendo cancelado por falta desse segmento. Diversos Conselheiros comentaram sobre a baixa participação dos Usuários do SUS, problemas de estrutura e ausência de apoio da equipe de comunicação da SEMUS. O Conselheiro Paulo Roberto de Oliveira Resende comentou que faltou o suporte da equipe de Comunicação da Secretaria Municipal de Saúde durante a Conferência. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva sugere a reestruturação da Lei do CMS para maior mobilização popular. A alteração dessa lei já foi solicitada várias vezes, só que nenhuma Gestão deu a devida importância, que a mudança da Lei se deu na Gestão do Prefeito Sebastião Madeira, reduzindo o número de participantes para ter o controle do Conselho, e as demais Gestões não tiveram interesse na mudança. O Presidente do CMS – Albane Freitas de Sousa e o Assessor Jurídico – Glebson de Sousa Lessa, informaram que o projeto de Lei está pronto, porém, precisam do poder executivo para aprovar. O Secretário de Saúde já foi informado dessa necessidade, falta a Mesa Diretora do CMS e representantes da Gestão sentar para análise final. O Conselheiro Antônio Magno de Sousa Borba conversou com o Secretário de Saúde – Flamarion de Oliveira Amaral, solicitando providência de um local confortável para as realizações das próximas Conferências, e convidar os municípios vizinhos para que o debate se torne melhor e sirva de eixo para orientar as cidades menores. A Conselheira Floraci Maria da Silva Lima observa que a fala do Conselheiro João Carvalho Parrião mostra que o reflexo da Conferência Nacional é o mesmo que aconteceu em Imperatriz e região, com conferências pobres de usuários. As propostas em sua maioria voltadas para o trabalhador porque não tem participação popular e sugere reuniões itinerantes do CMS nas entidades. O relatório foi aprovado por unanimidade, com recomendações para melhorias nas futuras Conferências. **9º Ponto: Informes.** Os Conselheiros Silvana Lima da Costa Pitol e João Carvalho Parrião apresentaram o relatório da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5º CNSTT), feito pela equipe que participaram como delegados da referida Conferência. A Conselheira Silvana Lima Pitol questiona a falta de aparelhos auditivos. A Secretária Adjunta de Saúde – Antônia Iracilda e Silva Viana, informa que hoje a primeira pauta do dia na SEMUS foi discutir essa questão de próteses auditiva e procedimentos de otorrino. A Conselheira comentou da urgência e contratação de um Médico Proctologista e um colonoscopista para atendimento no SUS. Outro ponto é, agendamentos de exames autorizados pelo SISREG, e não serem realizados no laboratório, a exemplo de uma hemocultura que foi autorizada e o laboratório não realizou o exame e, se o SISREG está autorizando é porque o laboratório está credenciado para tal. Se não faz pelo SUS, não deve credenciar o exame. O Conselheiro Antônio Magno de Sousa Borba fez uma breve explanação aos questionamentos da Conselheira, dizendo que esse é um exame de alto custo e o SUS não cobre. Temos 40 (quarenta) anos que não tem nenhum reajuste na tabela SUS para melhorar a saúde. A Conselheira Antônia Iracilda e Silva Viana informa que os exames de rotina foram ampliados em 100%, por entender que é o mínimo que o SUS deve oferecer aos usuários, em breve será instituído o protocolo de solicitação de exames na Atenção Primária. O Presidente do CMS informa que foi feita uma juntada de documentos da CISTT referentes aos anos 2023, 2024 e 2025, por solicitação da Auditoria nº 19.945 /1-MS.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

Nada mais havendo a se tratar, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada presente Ata, e após sua apreciação, será assinada por quem de direito. Imperatriz 11 de setembro de 2025.

Presentes:

Albane Freitas de Sousa Albane Freitas de Sousa

Anne Dannielle Franco N. de Carvalho Anne Dannielle F. N. de Carvalho

Antônia Iracilda e Silva Viana _____

Antonio Magno de Sousa Borba _____

Antônio Pereira Lima _____

Erminia da Silva Santos Erminia da Silva Santos

Denilson Oliveira Silva _____

Floraci Maria da Silva Lima Floraci Maria da Silva Lima

Francisco Inácio de Souza Francisco Inácio de Souza

Hélio José Bertoldo da Silva Hélio José Bertoldo da Silva

João Carvalho Parrião João Carvalho Parrião

Leontino Pereira de Oliveira Leontino Pereira de Oliveira

Maricelia Tavares Borges Oliveira Maricelia Tavares Borges Oliveira

Naari Margli Alves de Andrade Naari Margli A. Andrade

Paulo Roberto de Oliveira Resende Paulo Roberto de Oliveira Resende

Raimunda dos Santos Raimunda dos Santos

Silvana Lima da Costa Pitol Silvana Lima da Costa Pitol

Imperatriz, 11 de setembro de 2025.